

Notas Sobre as Origens do Budismo

Em nosso estudo sobre a Gnose e o Budismo (Bol. n.º 21, p. 56 e ss.), mostramos que o Budismo não era outra coisa senão a Gnose maniqueia difundida na Ásia, que o verdadeiro Buda não era outro senão o próprio Mani e que a doutrina budista não passa de um desenvolvimento do ensinamento de Mani, ao qual se misturaram ao longo dos séculos múltiplas lendas populares que, no entanto, não puderam desfigurar o essencial da doutrina.

Para isso, mostramos que as mais antigas pinturas murais dos mais antigos mosteiros budistas em ruínas da Ásia Central são pinturas maniqueias, que os mais antigos manuscritos descobertos nesses mesmos mosteiros são tratados maniqueus, copiados pelos monges budistas ao longo dos séculos VII e VIII de nossa era. Essas descobertas foram conhecidas no Ocidente nos anos de 1920-1930, mas permaneceram ignoradas, porque sistematicamente “ocultadas” pelos historiadores da Ásia. Com efeito, convidavam-nos a rejeitar todas as construções cronológicas arbitrárias do século XIX e a reconhecer a má-fé desses historiadores, que não haviam hesitado em fabricar história com lendas e em fazer malabarismos sem pudor com os séculos.

Mostramos igualmente que a doutrina budista é inteiramente tirada do ensinamento de Mani e que os ritos dos monges budistas são a reprodução exata dos rituais maniqueus descobertos nesses mesmos mosteiros. Ora, não inventamos essas demonstrações: foram sustentadas outrora por observadores perspicazes e não subservientes às modas intelectuais de seu tempo. Citamos o P. Giorgi, que no século XVIII mostrou que o Budismo não era senão uma deformação do cristianismo devida à ação perversa dos Maniqueus. Era então informado por missionários instalados no Tibete.

Um deles, um português, o P. Antônio de Andrade, instalado em Tsaparang, em 1624, havia anotado a fórmula mágica pela qual os tibetanos rezavam a seu Buda: “Om mani padme hum”, que os monges traduziam por: “Meu Deus, salva-nos”. Mas esse Deus Salvador, continuam a chamá-lo, ainda hoje, Mani. Essa fórmula está inscrita em suas grandes bandeirolas que flutuam ao vento, em seus sinos e em seus moinhos de oração.

Recuemos alguns séculos. Em 1246, São Luís envia ao grande Khan da Tartária um religioso dominicano, Fr. Guilherme de Rubruck. Este empreende várias grandes controvérsias com um monge chinês, a quem chama de tuyen, isto é, um taoísta (sendo o Tao a Gnose dos chineses). Trata da multiplicidade dos deuses, da natureza e da causa do mal etc... Opõe ao chinês a verdadeira doutrina cristã e lhe mostra que conhece muito bem a doutrina daqueles a quem chama de idólatras, adoradores de seus budas. Ora, precisa em sua “Relação”: “Todos, com efeito, são dessa heresia dos Maniqueus, segundo a qual a metade das coisas é má e a outra boa e há pelo menos dois princípios; quanto às almas, todos pensam que passam de corpo em corpo”. O tradutor, A. T'Serstevens, acrescenta em nota: “Bem entendido, o chinês não é de forma alguma

maniqueu, mas budista, e suas primeiras proposições se ligam a essa religião. Rubruck, que o vimos visitar templos budistas, não parece ter nenhuma ideia do Budismo. Será preciso esperar Marco Polo para ter as primeiras noções dele”. O “Bem entendido” é admirável. T’Serstevens julga-se mais hábil teólogo e filósofo que o religioso dominicano e manifesta para com ele um desprezo que mostra seu desconhecimento da verdadeira natureza gnóstica do Budismo.

A esse respeito, julgamos útil lembrar esta definição do Budismo, devida a um erudito do século passado, Philarète Chasles: “Esses dogmas budistas aproximam-se de maneira estranha dos símbolos e dos dogmas cristãos. Encontram-se neles, sob outras formas, o fruto do mal e do bem, que já não é uma maçã, mas um figo, Eva sucumbindo à tentação, a serpente tentadora, a virgem dando o seio ao Redentor — tudo o que a crença cristã contém de fundamental, ou de simbólico e de misterioso... A ideia da encarnação divina num ser humano constitui o próprio fundo e a essência dele. O budismo vai mais longe: multiplica-a como outrora os gnósticos e estabelece a possibilidade de o homem tornar-se deus e reunir-se à substância eterna. A ortodoxia cristã aceitaria a maior parte dos preceitos inculcados pela moral budista (?). Julga-se, ao percorrer seus tratados ascéticos, ler Gerson ou o místico Tauler...” Eis uma boa definição do Budismo: um Cristianismo desfigurado pela Gnose.

A essas demonstrações, que nos parecem definitivas, só se puderam opor cronologias estabelecidas por historiadores da Ásia. Temos absolutamente de rejeitar essas cronologias. É impossível fazer fundamento nas declarações dos próprios budistas. O valor das tradições indianas é praticamente nulo nesse domínio. James Ferguson escreve a esse respeito: “Quem quer que tenha viajado pela Índia sabe que informações pode obter, mesmo da parte dos brâmanes melhores e mais inteligentes, sobre a data dos templos nos quais eles e seus antepassados sempre serviram desde a sua construção. Mil ou dois mil anos é uma idade moderada para templos que sabemos perfeitamente não terem mais de dois ou três séculos de existência”.

Apliquemos esse princípio aos manuscritos budistas. Os mais antigos atualmente conhecidos datam apenas da Idade Média, precisemos mesmo da baixa Idade Média, séculos XIII ou XIV. Se remontarmos mais além, só se encontram os manuscritos maniqueus de que falamos. O mais antigo poema sânscrito sobre a vida do Buda, intitulado “Buda-Charita”, é atestado pela primeira vez na Índia em 673 d.C. O “Lalita Vistara” é conhecido por uma versão chinesa do século VI de nossa era, e não antes.

Numa carta a W. S. Lilly, o cardeal Newman havia outrora protestado energicamente contra as fantasias dos historiadores indianistas: “Para provar a autenticidade e a data de nossos Evangelhos, temos uma massa de manuscritos de data e de famílias diferentes, uma multidão de testemunhos e de citações, quer dos Padres, quer de outros autores; depois, para satisfazer às exigências de nossa crítica, deve haver coincidência perfeita entre os textos dos diversos manuscritos. Se uma passagem não se encontra em todos os manuscritos descobertos, está condenada... Por que não exigir tais garantias antes de admitir como verdadeira a história do Buda?”

Pode-se, com efeito, estranhar a extrema facilidade com que os indianistas aceitaram todas as lendas budistas, sem o menor espírito crítico, numa época em que a exegese modernista cavilava com acrimônia contra as pretensas contradições dos manuscritos do Novo Testamento. As lendas

do Buda, como as dos relatos muçulmanos sobre a vida de Maomé, beneficiaram-se de uma indulgência inadmissível e culpável da parte de escritores, aliás muito severos para com as fontes manuscritas do cristianismo. Há aí dois pesos e duas medidas que deixam céticos quanto à boa-fé desses autores...

Vejamos as coisas mais de perto.

1. O “Diálogo de Milinda” nos é conhecido por uma versão chinesa do século VI de nossa era. Conta a conversão de um rei indiano, Milinda, por um monge budista. Saltando de pés juntos sobre vários séculos, historiadores pretenderam identificar Milinda com o rei grego Menandro, que viveu no século I a.C., identificação contestada por vários. Mas possuímos uma vida de Menandro escrita por Plutarco no século II de nossa era, na qual não se fala de modo algum de Buda nem de Budismo.
2. Existe uma moeda de Kanishka que representa Boddo, de pé, com a mão direita erguida no gesto de um mestre que ensina seus discípulos e trazendo no braço esquerdo o manípulo dos sacerdotes cristãos. Pretendeu-se que o rei Kanishka havia vivido no primeiro século de nossa era, sem precisar que houve vários reis desse nome que reinaram durante os primeiros séculos cristãos.
3. A lenda de Açoka (o “rei piedoso”, isto é, aquele que dava generosamente para a construção dos mosteiros) está contida no “Mahavamsa”, cuja redação não remonta além do século V de nossa era. James Prinsep, erudito inglês, decifrou várias inscrições em rochedos, nas quais Açoka, “o amigo dos deuses e das leis”, enumera os povos que converteu ao Budismo. Entre eles cita reis de Yavanas (isto é, Gregos) chamados Ptolomeu, Antígono etc. Imediatamente quis-se identificar esses reis com os descendentes dos generais de Alexandre e, valsando com os séculos, pretendeu-se que Açoka havia reinado no século III a.C. Chamou-se-lhe até “o Imperador das Índias”, por um anacronismo totalmente injustificado, sendo a cidade de Taxila, de que teria sido rei, uma cidadezinha minúscula do Gandhara.

Ora, é certo que o Budismo jamais penetrou nem na Babilônia, nem na Síria, nem no Egito, onde nunca encontramos o menor vestígio que permita supor sequer uma passagem momentânea dessa religião. A estela de Açoka precisa até o nome de uma cidade, Alexandria, que se quis identificar com a capital do Egito. Tudo isso é pura impostura. Sabemos hoje que pequenos reinos gregos se perpetuaram nas montanhas da Ásia Central, na Bactriana e na Sogdiana, até a conquista muçulmana, isto é, até o século VII de nossa era. Seus reis tinham nomes gregos. Existiam também, nessa época, várias cidadezinhas gregas com o nome de Alexandria, em particular no Cáucaso. Como a estela de Açoka enumera, ao lado dos reis gregos, reis dos Hunos, vemos bem que designa assim os chefes desses pequenos estados da Ásia Central.

Mas se nos dispusermos a reexaminar atentamente a história do Budismo à luz dessas datações retificadas, percebemos que ela corresponde bem à expansão do Maniqueísmo na Ásia. Mani ensinou na Índia e na Ásia no século III de nossa era. Os mosteiros maniqueus-budistas se difundiram nessas regiões durante os séculos V e VI. É nessa época que aparecem as lendas de Milinda, de Açoka, do próprio Buda. São traduzidas para o chinês por volta do século VI, seguindo a rota da seda. Nos séculos VIII e X, reencontram-se os manuscritos maniqueus nas ruínas desses mosteiros, copiados pelos monges budistas dessa época. Tudo isso se sustenta. Há aí uma

sucessão natural e lógica de fatos que se inscrevem num quadro histórico conhecido por outras fontes.

Por fim, convém precisar que essa história falsificada do Budismo, que acabou por impor-se por toda parte, não é o resultado de um jogo inocente. Tudo isso foi habilmente manipulado com a intenção, mal disfarçada, de demolir a fé nas almas cristãs. Vejamos o caso, no século passado, do maior indianista, Eugène Burnouf. Em sua “Introdução à História do Budismo”, publicada em 1844, insinuava: “Há poucas crenças que repousam sobre tão pequeno número de dogmas e até impõem ao senso comum menos sacrifícios. Falo aqui em particular do Budismo que me parece o mais antigo, o budismo humano, se ousar chamá-lo assim, que está quase inteiro em regras muito simples de moral...” Equivale a dizer que o budismo é a religião primitiva da humanidade, que se encontra na fonte de todas as religiões. Burnouf insinuava igualmente que o Budismo poderia ter agido sobre o Cristianismo por intermédio dos Essênios, que teriam transmitido a Jesus Cristo a tradição monástica. Tudo isso, claro, sem a menor prova... Havia ali uma cascata de contraverdades sugeridas, deixadas à livre interpretação de seus discípulos. Seus ouvintes entusiasmados lhe pediam que mostrasse “que a Pérsia zoroastriana e a Índia búdica haviam em muitos pontos antecipado e inspirado o Evangelho”. “Concluí, pois!”, diziam-lhe, e o pressionavam a fornecer aos pensadores “o ponto de partida para o impulso do mundo novo”. Mas, mais hábil e mais prudente, Burnouf contentava-se em sorrir...

Diante desse ensino tão perturbador, os católicos permaneciam de uma timidez doentia. Um certo abade Deschamps ousou manifestar uma espécie de “respeitosa reserva” a respeito de Prinsep e de Burnouf. Contentou-se em fazer notar pela primeira vez certas analogias entre a lenda de Cakyamuni e os apócrifos cristãos, em particular no “Lalita Vistara”...

Quanto aos estragos religiosos que essa apresentação do Budismo pôde provocar em almas sinceras, temos o testemunho de um crítico literário, Ferdinand Brunetière, que, no início deste século, confessou, em suas “Dificuldades de crer”, ter sido retido durante quinze anos no caminho da adesão à fé cristã. Foi, entre muitos outros, vítima de uma monumental impostura.

E.C.

Revision #1

Created 24 October 2026 14:34:36 by Admin

Updated 24 October 2026 14:34:36 by Admin